



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 12 de abril de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
EDITORIAL	1
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
FRENTE & PERFIL	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Suframa	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Comércio projeta crescer até 9% na Páscoa	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Geração de resíduos terá de ser informada	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Custo & Benefício	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Mineração	7
NEGÓCIOS E SERVIÇOS	
A CRITICA	
MALHA VIÁRIA	8
CAPA	
A CRITICA	
NOVA LICITAÇÃO	9
ECONOMIA	
A CRITICA	
LONGE DA META	10
ECONOMIA	
A CRITICA	
FORMAÇÃO	11
ECONOMIA	
A CRITICA	
PROGRAMA PEIXE POPULAR	12
ECONOMIA	
A CRITICA	
Mostra interativa da ZFM	13
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO	
CONTEXTO	14
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO	
Revitalização	15
DIA-DIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
MPT propõe documento em prol dos haitianos	16
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Pequenos	17
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Amanhã	18
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
CAPA	19
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Suframa fará nova licitação para o DI	20
AMAZONAS	

DIÁRIO DO AMAZONAS

Brasil vai exportar suíno para chineses..... 21
BRASIL

MASKATE

Omar comemora 100 dias à frente do Governo do Amazonas 22
CIDADE

MASKATE

Omar comemora 100 dias à frente do Governo do Amazonas (continuação) 23
CIDADE

MASKATE

Omar comemora 100 dias à frente do Governo do Amazonas (continuação) 24
CIDADE

EDITORIAL

Convênio para obras no DI saneado pelo TCU

Respirando aliviada, a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, anunciou ontem a decisão do TCU em julgar saneado o convênio nº 57, firmado em 17 de dezembro de 2007 entre a Suframa, o Cieam e o Governo do Amazonas, e também em autorizar o desbloqueio dos recursos para retomada dos serviços de manutenção e revitalização do Distrito Industrial de Manaus.

O Tribunal publicou no Diário Oficial da União, o Acórdão nº 773/2011, no qual considerou respondidos todos os questionamentos feitos no âmbito do convênio nº 57. Trata-se de uma notícia extremamente benéfica ao PIM, uma vez que decreta o fim das especulações a respeito de malversação de verbas públicas pela administração da autarquia.

O convênio tem por objetivo a realização de obras para revitalização do sistema viário do DI, àquela altura com a malha viária bastante danificada em virtude das fortes chuvas sazonais e do intenso tráfego de veículos pesados ao longo dos anos. O Tribunal informou ainda que, na presente fiscalização, não foram detectados novos itens a serem esclarecidos.

A partir de agora, as obras que ficaram tanto tempo

paralisadas, sendo alvo de denúncias de opositores políticos que chegaram a colocar em risco a permanência da superintendente Flávia Grosso no cargo, poderão ser retomadas tão logo se realize um novo processo licitatório para contratação da empresa que executará o projeto de revitalização.

Concluída esta etapa, os R\$ 25 milhões do convênio poderão ser empregados nas obras, agora sem nenhum problema regulamentar, uma vez que tanto a Suframa, como os dois parceiros envolvidos tomaram as providências necessárias visando às correções apontadas pela equipe de fiscalização do TCU.

Com a decisão, o TCU passa a limpo o nome da instituição Suframa e de sua gestora maior, Flávia Grosso, que nos últimos meses fora objeto de intensa perseguição política.

FRENTE & PERFIL

Garantias

Na articulação com o paulista Kassab, o governador Omar Aziz defendeu a criação de um programa partidário que busque o desenvolvimento do país a partir das necessidades regionais. Kassab informou que o programa político do novo partido incluirá medidas que favoreçam o desenvolvimento econômico do Amazonas, como o fortalecimento da Zona Franca de Manaus e de políticas de sustentabilidade.

Suframa

TCU desbloqueia verbas para obras no Distrito

O TCU (Tribunal de Contas da União) publicou na última semana, no Diário Oficial da União, o Acórdão nº 773/2011, no qual considerou respondidos todos os questionamentos feitos no âmbito do convênio nº 57, de 17 de dezembro de 2007, firmado entre a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), o Cieam (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas) e o Governo do Estado, visando à realização de obras para revitalização do sistema viário do Distrito Industrial.

O Tribunal acrescentou que na presente fiscalização não foram detectados novos itens a serem esclarecidos.

No mesmo acórdão, o TCU determina ao Congresso o desbloqueio de verbas orçamentárias referentes às rubricas de "Expansão e Revitalização do Distrito Industrial de Manaus" e "Manutenção do Sistema Viário do DI". O desbloqueio foi efetivado na tarde de terça-feira, 5.

Em parecer que embasa sua decisão, o TCU afirma que a Suframa e os demais órgãos tomaram as providências necessárias visando às correções apontadas pela sua equipe de fiscalização.

O convênio firmado originalmente em dezembro de 2007 entre a autarquia e o Cieam, no valor de R\$ 25 milhões, posteriormente passou a incluir o Governo do Estado como interveniente e a SRMM (Secretaria da Região Metropolitana de Manaus) como órgão responsável pela execução das obras e serviços de engenharia. A retomada das obras passa a depender agora da realiza-

ção de um novo processo licitatório para contratação

TCU publicou, na semana passada, no Diário Oficial da União, Acórdão no qual considerou respondidos todas as questões no âmbito do convênio entre a autarquia e o Cieam

da empresa que executará o projeto de revitalização.

Segundo a titular da Suframa, Flávia Grosso, a decisão do TCU em julgar saneado o convênio nº 57 e também em autorizar o desbloqueio dos recursos para retomada dos serviços de manutenção e revitalização é uma boa notícia para o PIM (Polo Industrial de Manaus), uma vez que a malha viária do DI sofre constantemente com as chuvas sazonais e o tráfego de veículos pesados. "Felizmente, estamos aptos a retomar essas obras de tamanha importância para o PIM, resguardando as vantagens comparativas e locais que muito contribuem para atrair novos investimentos e ampliar a competitividade dos nossos produtos", encerrou.

Economia

Editor Responsável:
Marco Dassori

mdassori@cam.com.br
telefone: (92) 2101.5526
fax: (92) 2101.5525

Comércio projeta crescer até 9% na Páscoa

Expectativa da ACA e da FCDL/AM encontra amparo nos números de pesquisa da Fecomércio/AM

POR SANDRA BEZERRA

A pouco mais de uma semana da Páscoa, a expectativa do comércio amazonense é de crescimento das vendas de ovos de chocolate entre percentuais de 6% a 9%, comparado ao mesmo período do ano passado. A projeção da FCDL/AM (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado do Amazonas) e da ACA (Associação Comercial do Amazonas), vem respaldada pela pesquisa de Intenção de Compra e Confiança do Consumidor de Manaus, divulgada ontem pela Fecomércio/AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas).

“Nossa perspectiva é de um aumento, principalmente porque depois do período de Carnaval a gente começa a deslanchar em vendas”, explicou o presidente da ACA, Gaetano Antonaccio. Segundo o presidente da FCDL/AM, Ralph Assayag, além das boas vendas, o comércio deve trazer boas notícias com relação ao vínculo empregatício. “Este ano, geramos cerca de 1.200 empregos temporários e, com o Dia das Mães, que é a próxima boa época para as vendas, com certeza há a possibilidade de efetivação para aqueles que tiverem afinidade com a empresa”, comentou.

Na hora de optar por um local para as compras de Páscoa, o consumidor da pesquisa Fecomércio, em sua maioria, 58,2%, respondeu que realiza suas compras no Centro. Já 20,3% preferem fazer compras nos shoppings da cidade e 21,5% no comércio local. Para Assayag, a região central da cidade deverá concentrar grande parte das vendas em comparação aos shoppings, pois o fluxo diário de consumidores gira entre 45 mil a 50



Foto: Walter Mendes

Data já alavancou os negócios da indústria e promete fazer o mesmo no comércio

mil pessoas. “O Centro traz um fluxo que nem a soma do movimentos de todos os shoppings deve superar”, destacou.

Gastos maiores

Na hora de gastar, a maioria não fará economia com os itens da Páscoa. De acordo com a pesquisa, 45,2% pretendem gastar entre R\$ 51 e R\$ 100, com mediana (50%) de R\$ 63,10. Somente 39,1% declararam que pretendem gastar até R\$ 50. Observou-se, ainda, que 0,6% dos consumidores entrevistados esperam gastar mais de R\$ 300.

Gaetano Antonaccio considera que o crescimento na procura dos shoppings também contribuirá para que haja concorrência e quem ganha, lembra ele, é o consumidor. “Fiz minha própria pesquisa e fiquei admirado do preço do ovo de Páscoa não ter aumentado muito com relação ao ano

passado, e isso atrai o consumidor”, declarou Antonaccio, acrescentando que fará uma visita às lojas nos shoppings para continuar avaliando preços.

Na pesquisa Fecomércio, 78,5% dos entrevistados consideraram os preços como um dos principais atrativos para fazer compras no Centro, seguidos da variedade de produtos (39,5%), variedade de lojas (37,3%) e promoção (31,8%). Já a localização (60,5%), variedade de produtos (25,6%), preços (10,5%), segurança (10,5%), variedade de lojas (3,5%) e promoção (1,2%), foram os fatores que levaram os consumidores a fazerem suas compras no comércio do bairro onde moram. Quem costuma fazer suas compras nos shoppings da cidade leva em consideração, principalmente, a climatização (69,1%), segurança (46,9%), estacionamento (17,3%), variedade de produtos (9,9%), variedade de

lojas (7,4%), preços (4,9%) e localização com 4,8%.

A expectativa dos lojistas é que não devem faltar ovos de chocolate. Segundo a FCDL/AM, o varejo se preparou com a encomenda de 3,5 mil toneladas da guloseima para a comercialização, seis toneladas a mais que no ano passado, quando encomendou e comercializou 29 toneladas. Em razão disso, na hora da compra, o presidente da ACA recomenda que o consumidor seja precavido e não deixe para a última hora, sob pena de não adquirir o melhor. “É necessário as pessoas se anteciparem para não comprar ovos quebrados e com embalagens danificadas. Além disto, o que tenho percebido é que nos últimos dias o preço aumenta. Então, o consumidor precisa se precaver e ir logo as comprar para, inclusive, escolher com tranquilidade”, finalizou Antonaccio.

Geração de resíduos terá de ser informada

A partir de maio, quantidade gerada pelas empresas deverá ser cadastrada em um software, junto ao Ipaam

POR EDVAN FLEURY

As empresas que compõem o PIM (Polo Industrial de Manaus) passarão, a partir de maio, a serem obrigadas a ter seus resíduos gerados cadastrados em um programa de computador. O objetivo é fornecer para ao Ipaam (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas) melhor controle do "lixo" que é produzido nas fábricas do Polo. A previsão foi dada pelo diretor presidente do órgão, Antonio Ademir Stroski.

O software faz parte dos resultados gerados pelo PD (Plano Diretor) de Gestão de Resíduos Industriais do PIM, divulgado no ano passado. A elaboração do PD ocorreu através da parceria entre os governos brasileiro e japonês, representado pela Jica (Japanese International Cooperation Agency). Cerca de US\$ 2 milhões foram movimentados entre 2009 e 2010 para realizar o levantamento sobre os resíduos que as empresas produzem em suas unidades fabris.

Materiais perigosos

A pesquisa mostrou que o PIM gera 628,9 toneladas de resíduos por dia, destes, quase 120 toneladas são referentes a materiais perigosos. A outra parce-



Foto: Arquivo JIC

Estima-se que 8% dos resíduos gerados diariamente pelo PIM podem ser reciclados

la, um pouco mais de 591 toneladas, é de resíduos não perigosos, como plástico e papelão.

Segundo o diretor adjunto das Coordenadorias de Meio Ambiente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Alexandre Kadota, estima-se que 8% desse material tem potencial de reciclagem. "Os

processos de geração de resíduos no PIM são limpos. A maioria são insu-

presentante da Fieam, o software surgiu da necessidade de não haver uma padronização entre as empresas na hora de classificar o resíduo gerado. Com o programa, será possível cadastrar os

materiais não utilizados pelas fábricas, possibilitando assim um mapa destes resíduos.

Programa de computador faz parte dos resultados gerados pelo Plano Diretor de Gestão de Resíduos Industriais do PIM, levantamento realizado em parceria entre os governos brasileiro e japonês

O software já foi testado em 18 empresas do PIM, conforme informou o coordenador de projetos de engenharia e arquitetura da Sufrema (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Luiz Flávio Brandão Simões. A autarquia é apenas uma das diversas entidades nacionais envolvidas no assunto e, segundo Simões, as empresas foram escolhidas de forma aleatória. O teste revelou alguns erros que serão corrigidos antes de serem aplicados a cerca de 550 indústrias.

"Como o programa foi desenvolvido por um japonês, as empresas averiguaram muitos erros ortográficos. A maioria dos erros foi deste tipo, mas que já estão sendo corrigidos", salientou.

O software não trará custo para as empresas do PIM, visto que ele é gratuito. Para ensinar as companhias a utilizarem a ferramenta, tanto Sufrema quanto Ipaam disponibilizaram técnicos e cursos para disseminarem o correto uso do programa. Além do software, o plano diretor também prevê a criação do primeiro aterro de resíduos industriais do Estado. Mas, em relação a esta questão, ainda não há previsão para que Ministério Federal, Sufrema e Ipaam discutam o projeto.

Custo & Benefício



MARCO DASSORI

Os desafios da concorrência chinesa

A China não sai da pauta do jornalismo econômico – e das demandas empresariais do setor produtivo brasileiro. Nem poderia deixar de ser. A atual segunda economia mundial viu seu crescimento avançar em velocidade meteórica nas últimas três décadas, com o incremento dos aportes em tecnologia e infraestrutura – e educação também, vale lembrar. É claro que muito desse crescimento se deveu a bases, como dizer, irregulares. E é aí que reside o problema e as queixas dos 300 empresários que acompanharam ontem a presidente Dilma Rousseff em sua visita ao país asiático.

Sabe-se, por exemplo, que os custos industriais por lá são incomparáveis –principalmente se a base de referência for o Brasil, com seus já folclóricos problemas de logística, burocracia e qualificação. A questão, apontam especialistas, é o dumping social – e ambiental também. Questões “menores” como direitos trabalhistas, salários a preços de mercado e mesmo a sustentabilidade são modas ocidentais que ainda não pegaram por lá. Em contrapartida, as vantagens conferidas por um sistema virtualmente fora do sistema mundial não são pequenas.

E isso no plano microeconômico. Na esfera macroeconômica, já que é muito difícil separar Estado e iniciativa privada em um país que se diz comunista e ao mesmo uma economia de mercado, a situação não é diferente. A China conta com câmbio controlado e barreiras a produtos com maior valor agregado, principais motivos das reclamações do empresariado brasileiro. Isso, sem falar na exigência do investidor que deseja desembarcar por lá se associar a alguma empresa local e transferir tecnologia. O objetivo é manter o

país como plataforma de exportações de manufaturados –que contam com mais investimentos e empregos embudados– e restringir as importações a produtos primários (o Calcanhar de Aquiles dos chineses, já que seu país conta com pouca área agricultável).

Indústria reclama, mas também participa

A indústria é o setor que mais reclama dessa ‘concorrência desleal’ de produtos similares fabricados por lá, em especial os segmentos têxtil e eletroeletrônica –embora este se beneficie do câmbio apreciado e dos preços mais competitivos para importar insumos.

Dados da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) vão mais longe e indicam que, desde 2008, a importação maciça de ‘quinquilharias chinesas’ já provocou o fechamento de 46 mil vagas na indústria brasileira. O Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) acrescenta que o setor reduziu sua participação no PIB brasileiro de 27% para 16% entre 1980 e 2010. Muito dessa dinâmica se deve ao vigor do setor de serviços (alguns deles, em torno da indústria), mas isso já é outra história.

A questão não é tão simples assim. Ressalte-se que muitas das empresas multinacionais que apontam a concorrência desleal do dragão asiático –muitas delas, presentes no PIM (Polo Industrial de Manaus)– também mantêm unidades de produção por lá. Ou seja, usufruem da mesma forma das vantagens (indevidas) concedidas por aquele país.

Em que pesem os interesses estratégicos e soberania de cada país, precisamos, sim, cobrar da China um comportamento compatível com as regras do jogo de mercado, se estes desejam ser classificados efetivamente como “economia de mercado” e usufruírem das vantagens inerentes a esse status. Mas, não devemos esquecer de que a competitividade chinesa não se deve apenas a expedientes irregulares no comércio exterior e no arcabouço legal dos negócios: ao contrário de nós, eles investiram maciçamente em tecnologia, educação e inovação, além de infraestrutura. Só assim o dragão pode dar o seu salto em direção de fornecedor de produtos de maior valor agregado. Já passou da hora de fazermos o mesmo.

Retomada dos portos traz inquietação

Os futuros desdobramentos da ação de retomada dos principais portos do Amazonas por parte do Governo Federal, for-

malizada na semana passada, são uma incógnita. De um lado, há a expectativa de que a iniciativa do Plinalto, que visa o reordenamento da região para sediar os jogos da Copa de 2014, traga em seu rastro novos (e mesmo velhos, prometidos e não cumpridos) investimentos na infraestrutura da região.

O empresariado da ZFM (Zona Franca de Manaus) não se cansa de reclamar do gargalo logístico da região, um dos principais argumentos para manutenção dos incentivos fiscais conferidos pelo modelo de desenvolvimento. A capital virtualmente conta com dois portos para escoar suas mercadorias. No ano passado, viu-se repentinamente limitada a um, nos dias que se seguiram ao imbróglio do Chibatião. Em Itacoatiara (a 170 km de Manaus, em linha reta), a novela é outra, mas não menos antiga: o porto, que não dispõe de unidade alfandegária, também sofre com mão de obra irregular, conforme apontou fiscalização recente do Ministério Público do Trabalho. São problemas, entre outros, que o setor produtivo espera serem contornados por meio de uma maior presença do Governo Federal.

De outro lado, a medida tomada por Brasília acena com a quebra de contrato e novas turbulências para as empresas que dependem do Porto (até então privatizado) de Manaus para seu trabalho. Foi o que aconteceu há sete anos, quando um cabo de guerra jurídico entre o governo estadual e a empresa administradora do porto praticamente inviabilizou as operações de entrada e saída de produtos da indústria e comércio manauenses por intermédio dessa estrutura.

Vale ressaltar ainda que, independentemente da motivação –espera-se que não seja política–, a quebra de contratos sempre atrai a desconfiança do setor privado, cioso de marcos regulatórios e de regras claras, confiáveis e estáveis no ambiente de negócios. Nesse sentido, a iniciativa do Governo Federal não soa bem, quando posta lado a lado com outras recentes, de calibre semelhante, a exemplo da interferência nos rumos da Vale e mesmo na Petrobras.

Esta coluna é publicada às terças-feiras e é elaborada sob a coordenação do editor de Economia e de Primeira Página do *Jornal do Commercio*, Marco Dassori
mdassori@jcam.com.br

Mineração

Vale e Fucapi realizam aula inaugural do programa de formação

A Vale e a Fucapi (Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica) promovem, amanhã, a aula inaugural do Programa de Formação Profissional, direcionado a técnicos de Manutenção Mecânica e Manutenção Eletrônica, que poderão ser contratados pela mineradora. O evento acontecerá a partir das 9h, no auditório da Fucapi, avenida Danilo Areosa, 381, Distrito Industrial.

O Programa de Formação Profissional será desenvolvido nas instalações da própria fundação, com carga horária de 500 horas. As aulas ocorrerão entre segunda-feira e sábado, de 7h30 às 17h. Deverão ser formados 58 profissionais, sendo 22 na área de mecânica e 36 na área de eletroeletrônica. Os selecionados, após passarem por todas as avaliações, serão contratados pela Vale na condição de trainees.

Qualificação de mão de obra

Criado em dezembro do ano passado, a partir da assinatura de um convênio de

cooperação técnica entre as duas instituições, o Programa tem como objetivo formar mão de obra especializada nos segmentos ligados à mineração. Na avaliação do gerente geral de Recursos Humanos do Norte da Vale, João Menezes Neto, há uma grande carência de profissionais qualificados no Brasil o que impõe a necessidade de promover capacitações deste porte. "A Vale pretende expandir o quadro funcional nos próximos anos e, para isso, é preciso fomentar a qualificação técnica", destaca.

Conforme o convênio, a Vale investe recursos financeiros para a realização do Programa, incluindo a concessão de bolsa-auxílio aos treinandos. Além disso, disponibilizará suas instalações para a realização da fase prática do Programa. Já a fundação irá disponibilizar, para este projeto, corpo técnico e estrutura organizacional, incluindo salas de aula, laboratórios, recursos audiovisuais e material didático, contribuindo, desta forma, para a qualificação dos profissionais e desenvolvimento da região.

MALHA VIÁRIA

Desbloqueada verba para as ruas do PIM

NOVA LICITAÇÃO

TCU libera obra no Distrito

Suframa e Governo do AM precisam provar que recursos federais para a recuperação das vias não chegaram a ser usados

Com a anulação da concorrência e do contrato para a execução de obras de revitalização no Distrito Industrial de Manaus - firmado entre Suframa e Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam) em 2007 e assumido pela Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) em 2009 - o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou saneados os indícios de irregularidades graves encontrados no processo e pediu ao Congresso Nacional o desbloqueio dos recursos referentes ao serviço.

De acordo com informações da Suframa, o desbloqueio foi efetivado na tarde da última terça-feira (5) e a retomada da manutenção e recuperação da malha viária do Distrito só depende agora da realização de um processo licitatório para contratação da empresa que vai executar o novo projeto já aprovado pela Superintendência.

O acórdão nº 773/2011 do TCU foi publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de abril e

Explicações

O Tribunal de Contas da União questiona como foi emitida ordem de serviço pela SRMM, no âmbito do Convênio nº 57, de dezembro de 2007 - que se encontrava no Quadro de Bloqueio da Lei Orçamentária - sem ciência nem anuência da Suframa, a quem competia a autorização.

considerou respondidos os questionamentos feitos no âmbito do Convênio nº 57, de 17 de dezembro de 2007; do Edital de Concorrência nº 18, de 21 de janeiro de 2009; e do Contrato nº 3-SRMM, de 13 de março de 2009, informando ainda não ter sido encontrado, na última fiscalização, nenhum novo indício de irregularidade grave.

PRAZOS

No mesmo acórdão, o TCU dá sessenta dias para que a Suframa e o Governo do Estado pro-



As vias do Distrito Industrial sofrem com a falta de manutenção, agravada pelo constante tráfego pesado no local

vem, através de documentos, que os recursos federais para a manutenção do Distrito Industrial não chegaram a ser usados no contrato assinado pela SRMM em 2009. O TCU também determina à Secretaria de Controle Externo (Secex) do Amazonas que promova audiência com o secretário-geral da SRMM, René Levy Aguiar, para que este explique, dentre outros pontos ainda sem resposta: como foi emitida ordem de serviço para a obra sem anuência da Suframa; e os critérios exigidos no Edital de Concorrência que, segundo o TCU, foram inadequados e restringiram a competitividade.

À Secex também cabe monitorar Suframa e Governo do Estado quanto à entrega dos documentos exigidos, sob pena de reinclusão da obra como indício de irregularidade grave na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Cópia do acórdão do TCU foi enviada ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Amazonas para que este verifique o uso de recursos estaduais no serviço.

LONGE DA META

Mercado prevê inflação maior

Boletim Focus, do Banco Central, elevou para 6,26% a expectativa de inflação para 2011. Centro da meta do governo é de 4,5%

SÃO PAULO (AE) - O mercado financeiro elevou a projeção para a inflação em 2011, segundo o boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC). De acordo com a pesquisa, a expectativa para a inflação oficial neste ano subiu de 6,02% para 6,26%, em um patamar ainda distante do centro da meta de inflação, que é de 4,50% para este ano. A meta tem margem de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo.

Os analistas mantiveram a projeção para a inflação em 2012 em 5%. No caso da inflação de curto prazo, o mercado elevou de 0,55% para 0,63% a previsão para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril de 2011. Para a inflação de maio, a taxa prevista passou de 0,41% para 0,42%.

O mercado financeiro manteve a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011, em 4,00%, segundo o bo-

letim Focus. Para o ano que vem, a projeção para o crescimento da economia recuou de 4,30% para 4,24%. A estimativa para o crescimento da produção industrial em 2011 passou de 4,08% para 4,05%. Para o ano que vem, a projeção para a expansão da indústria avançou de 4,65% para 4,68%.

JUROS E DÓLAR

De acordo com a pesquisa Focus, os analistas também man-

tiveram a previsão para a Selic (a taxa básica de juros da economia brasileira) para o fim de 2011, em 12,25% ao ano. Hoje, a taxa está em 11,75% ao ano. A projeção para a Selic no fim de 2012 subiu de 11,25% para 11,50% ao ano.

Para o mercado de câmbio, os analistas preveem que o dólar encerre 2011 em R\$ 1,68, valor abaixo do R\$ 1,70 estimado na semana anterior. A projeção do câmbio médio no decor-

Saiba mais

>>Recurso externo

Os analistas também alteraram a estimativa de ingresso de Investimento Estrangeiro Direto (IED) para este ano, saindo dos US\$ 44 bilhões anteriores para US\$ 45 bilhões na nova expectativa. Para 2012, a previsão aumentou de US\$ 43,85 bilhões para US\$ 44,85 bilhões.

rer de 2011 passou de R\$ 1,67 para R\$ 1,66. Para o fim de 2012, a previsão para o câmbio foi de R\$ 1,75 para R\$ 1,72.

CONTAS EXTERNAS

O mercado financeiro alterou a previsão para o déficit nas contas externas em 2011. A previsão para o déficit em conta corrente neste ano passou de US\$ 62,45 bilhões para US\$ 62,20 bilhões. Para 2012, o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos estimado passou de US\$ 69,05 bi para US\$ 68,90 bi.

Já a previsão de superávit comercial em 2011 subiu de US\$ 16,10 bilhões para US\$ 17,01 bilhões. Para 2012, a estimativa para o saldo da balança comercial passou de US\$ 10 bilhões para US\$ 9,90 bilhões.

FORMAÇÃO

Vale prepara para contratar

Empresa do ramo de mineração firmou convênio com a Fucapi para qualificar pessoas em Manaus

A Vale e a Fundação Centro de Análise de Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi) promovem, amanhã (13), às 9h, no auditório desta, a aula inaugural do Programa de Formação Profissional, direcionado a técnicos de Manutenção Mecânica e Manutenção Eletro-Eletrônica, que poderão ser contratados pela mineradora. O Programa será desenvolvido nas instalações da própria Fucapi, com carga horária de 500 horas. Deverão ser formados 58 profissionais, sendo 22 na área de mecânica e

36 na área de eletro-eletrônica. Os selecionados, após passarem por todas as avaliações, serão contratados pela Vale na condição de *trainees*.

Criado em dezembro do ano passado, a partir da assinatura de um convênio de cooperação técnica entre as duas instituições, o Programa tem como objetivo formar mão-de-obra especializada nos segmentos ligados à mineração. Na avaliação do gerente geral de Recursos Humanos do Norte da Vale, João Menezes Neto, há uma grande

Em números

#

38

Países hoje integram a área de atuação da Vale do Rio Doce, que é a segunda maior mineradora do mundo, atuando também nos setores de logística e geração de energia. Com sede no Brasil, a empresa emprega ao todo 114 mil pessoas.

carência de profissionais qualificados no Brasil o que impõe a necessidade de promover capacitações deste porte.

Conforme o convênio, a Vale investe recursos financeiros para a realização do Programa, incluindo a concessão de bolsa-auxílio aos treinandos. Além disso, disponibilizará suas instalações para a realização da fase prática do Programa. Já a Fucapi irá disponibilizar corpo técnico e estrutura organizacional, incluindo salas de aula, laboratórios, entre outros.

PROGRAMA PEIXE POPULAR

Serão 270 toneladas de peixe

Secretaria Executiva de Pesca diz que vai disponibilizar essa quantidade em toda Manaus durante a Semana Santa

CIMONE BARROS
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura (Sepa/ sepror) vai colocar à disposição do consumidor cerca de 270 toneladas de pescado durante a Semana Santa. A proposta é garantir o pescado mais próximo da população e a preços mais baixos que os praticados no mercado. Por ser um período de entressafra e de grande demanda, durante a Semana Santa o preço do peixe chega a ser de 20% a 30% mais caro que nas semanas anteriores ou posteriores.

De acordo com o secretário executivo da Pesca da Sepor, Geraldo Bernardino, o programa Peixe Popular será ampliado e chegará aos bairros mais carentes e distantes de centro da cidade. Áreas com melhor poder aquisitivo também serão atendidas, mas em proporção menor. Atualmente o peixe é vendido em dois caminhões, mas de 17 a 23 de abril será em dez. A estimativa é de ter 150 toneladas da piscicultura oriundas das associações de aquicultura familiar e da empresarial e outras 120 t da pesca artesanal. "A nossa preocupação é ter pei-



Pirarucu oriundo de pesca manejada está entre os peixes que comporão a cesta básica do programa da Sepor.

xe em quantidade, qualidade, ajudar regularizar, além de colocar o pescado mais perto do consumidor, diminuindo a ação do atravessador", disse o secretário executivo.

CAMINHÕES

Sete caminhões ficarão em bairros como Cidade de Deus, Rio Piorini, Santa Etelvina, Mutirão, Amazonino Mendes, Parque São

Pedro, Grande Conquista, Nova Vitória, Gilberto Mestrinho, Igarapé do Passarinho e Parque da Expoagro. Esses bairros já participam do programa, criado há quatro anos para evitar o desperdício do pescado durante a safra, e possuem população com baixo poder aquisitivo. Nesses locais, será vendido basicamente o jaraqui, com preços regula-

dos e tabelados. O consumidor poderá comprar cinco jaraquis (em torno de 1 kg) por R\$ 1.

Para atender o público com uma renda melhor, serão disponibilizados três caminhões frigoríficos para percorrer alguns bairros e locais estratégicos das zonas Sul e Centro-Sul, por exemplo. Também serão montadas tendas na Expoagro, em

Por ora, nada específico

A Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (Sempab) informou que vai colocar em funcionamento dois veículos entregues no fim de março pelo Ministério da Pesquisa e Aquicultura: o caminhão frigorífico e o caminhão feira, que visam ajudar na estruturação da cadeia produtiva e diminuir a ação do atravessador.

"Não teremos ação específica para a data. Vamos colocar o programa de venda direta ao consumidor, com os caminhões em funcionamento o

ano todo; algo contínuo", disse o secretário da Sempab, Rogério Vasconcelos.

O caminhão frigorífico atende a demanda da piscicultura, com o transporte do pescado, e o caminhão-feira do pescado artesanal de comunidades da área do Puraquequara. Os bairros que serão atendidos inicialmente estão sendo definidos com as associações, mas entre eles estão alguns da zona Leste e da zona Centro-Oeste, como o bairro da Compensa.

frente a Arena Amadeu Teixeira e em frente ao Mindu - Parque Dez). Nas tendas, serão vendidos peixe de manejo e cativoiro como tambaqui, matrinxã e pirarucu, além de peixe processado (filetado, polpa, posta).

Esse pescado terá preço mais em conta que nas feiras e supermercados, segundo Bernardino. O preço vai variar de acordo

com tipo e tamanho. O quilo do roelo (tambaqui pequeno entre dois e três quilos) deve custar R\$ 8, assim como o da matrinxã média, que pesa de 800g a 1,2 kg. A manta de pirarucu (filé) custará R\$ 15 por kg.

Outros peixes de rios poderão ser vendidos nas tendas, como aruanã, surubim pescada e tucunaré.

Mostra interativa da ZFM



Está em cartaz a exposição “Nossos valores. Nossa gente” no piso Tucumã, do Manauara Shopping, em comemoração aos 44 anos da ZFM. O estande em formato de icosaedro (figura geométrica de 20 faces) tem piso interativo.

CONTEXTO

Comitiva

A superintendente da Suframa, Flávia Grosso, não está na comitiva presidencial na visita oficial à China. Ela chegou até a ser convidada.

China

Flávia disse à Contexto que tentaria convencer indústrias chinesas de componentes a instalar unidades na Zona Franca de Manaus.

Revitalização

Verba do Distrito liberada

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ao Congresso Nacional o desbloqueio da verba orçamentária referente à expansão e revitalização do Distrito Industrial de Manaus. A retomada das obras passa a depender a partir de agora da realização de um novo processo licitatório para a execução do projeto na área.

Na última semana, o órgão publicou no Diário Oficial da União, o Acórdão nº 773/2011, no qual considera respondidos todos os questionamentos feitos no âmbito do convênio nº 57, de 17 de dezembro de 2007, firmado entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam) e o governo do Estado, visando à realização de obras para revitalização do sistema do Distrito. O Tribunal informou ainda que não foram detectados novos itens a serem esclarecidos.

Em parecer que embasa sua decisão, o TCU garantia que a Suframa e os demais órgãos tomaram as providências necessárias visando às correções apontadas pela equipe de fiscalização.

MPT propõe documento em prol dos haitianos

Um termo de cooperação técnica, a ser assinado no próximo dia 29, vai ajudar na inserção dos trabalhadores no mercado amazonense

HENRIQUE SAUNIER
Especial para o EM TEMPO
henrique@emtempo.com.br

No próximo dia 29, o Ministério Público do Trabalho (MPT) da 11ª Região juntamente com instituições públicas e privadas vão assinar um termo de cooperação técnica, a fim de inserir imigrantes haitianos no mercado de trabalho local. Maior parte desse pessoal será absorvida pelo segmento da construção civil, que tem demanda para empregar, pelo menos, 300 trabalhadores em busca de oportunidade na capital amazonense.

De acordo com o representante da Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas, Erivaldo Rebouças, aproximadamente 50 haitianos estão empregados regularmente em empresas de construção civil e, segundo ele, 'gigantes' do setor como Direcional e Andrade Gutierrez consideram contratar mais imigrantes.

No entanto, um entrave para essas contratações ainda é a documentação. Rebouças afirmou que as empresas, por questões burocráticas e tementes às fiscalizações do Ministério do Trabalho, só contratam haitianos com todos os documentos oficiais emitidos. Representantes de algumas empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) estiveram, ontem, em uma reunião para discutir os termos do documento a ser assinado e disseram que, mesmo sendo uma situação fora do comum, não se pode empregar informalmente devido ao risco de multas.

Termo prevê qualificação

A reunião, presidida pelo procurador do Trabalho, Audálio Hildebrando, apresentou, na íntegra, o termo de cooperação técnica, onde todas as instituições participantes puderam opinar, adicionar ou remover as atribuições contidas no documento. Em suma, grande parte dos itens do termo visa que os

envolvidos no projeto promovam a qualificação e inserção dos haitianos no mercado do trabalho amazonense.

Conforme Hildebrando, a participação das entidades tem sido 'excelente' e é um exemplo de civilidade. Segundo ele, a função do MPT é organizar todas as ações voltadas para esse grupo, com o intuito de não haver mais iniciativas isoladas, que são 'louváveis', mas menos eficientes se comparadas a uma junção de poderes.

O termo de cooperação tem ainda a finalidade de incluir os trabalhadores haitianos na sociedade amazonense, ao proporcionar condição de sustentabilidade e desenvolvimento da cidadania. O documento tem validade até maio de 2015. Além do MPT 11ª Região, devem assinar o documento a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Polícia Federal, Arquidiocese, Pastoral do Imigrante, dentre outras.

Pequenos

Governo quer identificar gargalos na hora de exportar

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior quer ampliar a participação de micro e pequenas empresas (MPE) no mercado internacional. Atualmente, cerca de 20 mil empresas exportam bens e serviços. Há ainda dez mil que exportam mercadorias. Essa atuação no comércio exterior somou cerca de R\$ 2 bilhões no ano passado.

Para aumentar esse número, o órgão iniciou uma nova pesquisa para identificar os principais problemas enfrentados pelos empresários na hora de exportar bens e serviços. O levantamento, que vai até 30 de junho, pretende

O levantamento, que vai até 30 de junho, pretende orientar as ações do governo na criação de políticas públicas governamentais

orientar as ações do governo na criação de políticas públicas que estimulem o aumento das exportações pelas MPE.

Essa é a segunda vez que o MDIC tenta conhecer os

gargalos às exportações de micro e pequenas empresas. No ano passado, o número insuficiente de respostas ao questionário enviado pelos empresários fez com que os técnicos preferissem não repassar os dados e reiniciar o processo.

Os micro e pequenos empresários que tenham interesse em aumentar a participação ou ingressar no comércio exterior podem procurar as unidades do Sebrae. Mais informações pelo telefone 0800 570 0800. A pesquisa do ministério está disponível no site <http://tinyurl.com/gargalos>.

Amanhã

Vale e Fucapi fazem aula inaugural às 9h

Amanhã, a Vale e Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi) promovem a aula inaugural do Programa de Formação Profissional, direcionado a técnicos de manutenção mecânica e eletroeletrônica, que poderão ser contratados pela mineradora. O evento acontecerá a partir das 9h, no auditório da Fucapi, avenida Danilo Areosa, 381, Distrito Industrial. O Programa de Formação Profissional será desenvolvido nas instalações da própria instituição, com carga horária de 500 horas.

CAPA

IRREGULARIDADES PROJETO DE REVITALIZAÇÃO QUESTIONADO PELO TCU ENVOLVEU O CIEAM, CONSTRUTORA E ESTADO

Suframa fará nova licitação para recuperar ruas do PIM

AMAZONAS 7 | O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o Congresso Nacional a desbloquear as verbas destinadas à revitalização e manutenção do sistema viário do Polo Industrial de Manaus (PIM). A decisão ocorre depois de a Suframa aprovar novo projeto básico para o serviço e anular contrato questionado pelo TCU.

Suframa fará nova licitação para o DI

REALIZAÇÃO DE NOVO PROJETO BÁSICO E LICITAÇÃO FORAM CONDIÇÕES DO TCU PARA VERBA DO SISTEMA VIÁRIO SER LIBERADA

Considerando que a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) anulou o contrato e aprovou um novo projeto básico para realização de obras para revitalização do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou na última semana, no Diário Oficial da União, o Acórdão nº TC 773/2011.

O documento autoriza o Congresso Nacional a desbloquear as verbas orçamentárias referentes às rubricas de 'Expansão e Revitalização do Distrito Industrial de Manaus' e 'Manutenção do Sistema Viário do DI'.

A Suframa informou, ontem, que o desbloqueio foi efetivado no último dia 5 e que a retomada das obras passa a depender, agora, da realização de um novo processo licitatório para contratação da empresa que executará o projeto de revitalização.

Em parecer que embasa sua decisão, o TCU afirma que a Suframa e os demais órgãos envolvidos no convênio tomaram as providências necessárias visando às correções apontadas pela sua equipe de fiscalização. O convênio firmado originalmente em dezembro de 2007 entre Suframa e o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), no valor de R\$ 25 milhões, posteriormente passou a incluir o governo do Estado como interviniente e a Secretaria da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) como órgão responsável pela execução das obras e serviços de engenharia.

Segundo a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, a decisão do TCU em julgar

saneado o Convênio nº 57 e também em autorizar o desbloqueio dos recursos para retomada dos serviços de manutenção e revitalização é uma notícia extremamente benéfica ao Polo Industrial de Manaus (PIM), uma vez que a malha viária do Distrito Industrial sofre constantemente com as fortes chuvas sazonais e com o intenso tráfego de veículos pesados.

"Felizmente estamos aptos a retomar essas obras de tamanha importância para o PIM, resguardando as vantagens comparativas e locacionais que muito contribuem para atrair novos investimentos e ampliar a competitividade dos nossos produtos", afirmou a su-

perintendente.

Pendência

Na sessão do dia 30 de março, os ministros do TCU acordaram também em determinar à Suframa e ao Governo do Amazonas que apresentem ao Tribunal, no prazo de 60 dias, documentos referentes ao acerto de contas do Contrato nº 3-SRMM, de 13 de março de 2009, que comprovem a ausência de utilização de recursos federais. E que a Secretaria de Controle Externo no Amazonas promova a audiência com o secretário-geral do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus (SRMM), René Levy Aguiar, sobre a emissão da Ordem de Serviço autorizando o início das obras, e seus aditivos, sem ciência nem anuência da Suframa, a quem competia a autorização.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br



PROJETO SERÁ RETOMADO

Flávia Grosso comemorou a autorização do TCU para a liberação dos recursos, destinados à melhoria das ruas do Distrito Industrial (DI) de Manaus.

Dirigentes tiveram bens bloqueados

Em fevereiro deste ano, atendendo pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal determinou, em duas medidas liminares, o bloqueio de bens de dirigentes da Suframa, do Cieam, da Mosaico Engenharia e Comércio Ltda. e de procuradores federais e de pessoa responsável por aprovação de prestação de contas da autarquia. As decisões foram tomadas em duas ações de improbidade administrativa encaminhadas pelo MPF/AM à Justiça. O convênio firmado entre a Suframa e o Cieam para revitalizar o sistema viário do Distrito Industrial e a aplicação de parte dos recursos sem a devida comprovação dos serviços foram os objetos de uma das ações por improbidade.

Brasil vai exportar suíno para chineses

O Brasil começará a exportar carne suína para China neste ano após a visita da presidente Dilma Rousseff ao país asiático, informou nesta segunda-feira o primeiro-secretário da embaixada brasileira na China, Marco Tulio Cabral.

Dilma chegou ao país na noite de domingo. A perspectiva é de que a visita seja fundamental para definir o rumo das relações econômicas entre o Brasil e China nos próximos anos, já que cerca de 20 acordos comerciais devem ser negociados na viagem.

O Brasil negociou com o governo chinês, por um longo tempo, sobre a questão dos embarques de carne suína. A China é o maior consumidor do produto no mundo, sendo responsável por metade da demanda. No entanto, quase todo o consumo de 50 milhões de toneladas é suprido pela produção local.

Ainda assim, o país asiático deverá importar cerca de 480 mil toneladas em 2011, segundo previsão do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), que estima alta de quase 15% frente ao ano passado.

Acordo na aviação

Depois de muitas idas e vindas, a Embraer chegou a um acordo com o governo chinês para produzir no país o jato executivo Legacy, o que evitará o fechamento da fábrica que a fabricante brasileira possui desde 2002 com a estatal Avic, na cidade de Harbin. A companhia conseguiu ainda a liberação da venda de dez aviões EMB-190, fechada em janeiro, e a promessa de novas encomendas do mesmo modelo.

A manutenção das operações da Embraer na China é um dos principais objetivos da visita de seis dias da presi-



Presidente desembarcou, no último domingo, em solo chinês, para tratar de negócios entre os dois países emergentes / Foto: Frederic Brown/AFP

dente Dilma Rousseff ao país asiático. O governo brasileiro também quer a garantia de que os contratos fechados entre Embraer e empresas aéreas chinesas sejam cumpridos, com a concessão das licenças de importação pela China.

Investimento da Huawei

No primeiro dia de sua visita à China, a presidente Dilma comemorou, ainda, o investimento de US\$ 350 milhões, anunciado pela empresa Huawei, para a construção de um centro de Pesquisa e Desenvolvimento no País.

A companhia chinesa pretende expandir seus negócios no Brasil, onde atua desde 1999.

Líder no mercado de banda larga fixa e móvel, a Huawei também anunciou a doação de equipamentos de computação de última geração para universidades brasileiras, no valor de US\$ 50 milhões, em um período de dez anos.

Hoje, a empresa detém 70% do mercado nacional de modems USB de acesso 3G, com mais de 1 milhão de terminais vendidos.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

DILMA ROUSSEFF
Presidente vai à China



AGENDA

12/4 - TERÇA-FEIRA

- ☉ Encontro com Hu Jintao, presidente da China
- ☉ Participação do encerramento do Fórum dos Empresários

13/4 - QUARTA-FEIRA

- ☉ Encontro com o primeiro-ministro, Wen Jibao, e com o presidente da Assembleia do Povo, Wu Bangguo

14/4 - QUINTA-FEIRA

- ☉ Participação da III Cúpula dos Brics e reuniões bilaterais

15/4 - SEXTA-FEIRA

- ☉ Participação do 10º Fórum Asiático de Boao

16/4 - SÁBADO

- ☉ Visita aos guerreiros de terracota
- ☉ Embarque de volta ao Brasil

FONTE | Agência Brasil © GRAFFO

Omar comemora 100 dias à frente do Governo do Amazonas

Com recados em todas as direções e uma bagagem de mudanças que sugere autonomia e perspectiva de liderança regional, o governador Omar Aziz completou neste domingo seus primeiros 100 dias de governo. "Busquei primeiro fazer o dever de casa e criar as bases para ações futuras, a começar pelo corte no custeio para o Estado ter mais recursos para investir, principalmente nas pessoas". A rigor, este foi o grande avanço, que incomodou pequena minoria e empolgou todos os observadores e atores da cena política e gestores do tecido social. "É preciso priorizar e desta-

car as ações na área social e promover os avanços em obras de infraestrutura", disse ele. Além disso, Omar resolve embarcar no PSD, o partido Social Democrata, que assumiu o compromisso de apoiar Dilma e, principalmente, olhar com especial atenção os interesses do Norte do país, particularmente da Zona Franca de Manaus, que congrega os estados da Amazônia Ocidental. A lista de adeptos a nova agremiação, que tem como um dos fundadores o prefeito paulistano, Gilberto Kassab, tem de crescer no Amazonas, e a fortalecer mais ainda a liderança de Omar na região.

Muitos avanços



"Nós avançamos principalmente no serviço público, com o concurso para 2,5 mil novos policiais militares para que a gente possa implementar nosso programa na área de segurança pública (Ronda do Bairro). Abrimos concursos para os professores, trabalhamos com políticas públicas voltadas na área social. É um trabalho silencioso e daqui a pouco começa a aparecer como a inauguração das 600 casas do Prosamim", enfatizou

Omar Aziz.

Entre as ações na área social destacadas pelo governador, em seus primeiros três meses de governo, estão ainda a inauguração de dois Centros de Educação de Tempo Integral nas zonas oeste e leste de Manaus, a oferta de cerca de 5 mil vagas para cursos técnicos de nível médio, a contratação de mil policiais civis e a convocação de 2 mil professores aprovados em Processo Seletivo.

Omar comemora 100 dias à frente do Governo do Amazonas (continuação)

Infraestrutura e Copa da FIFA

Na área de infraestrutura, tem relevância o andamento das obras para preparar Manaus para a Copa do Mundo de 2014. Omar destacou a liberação de R\$ 80 milhões para a obra da Arena da Amazônia, conforme garantiu a presidenta Dilma Rousseff na última semana. Outros R\$ 21 milhões tam-

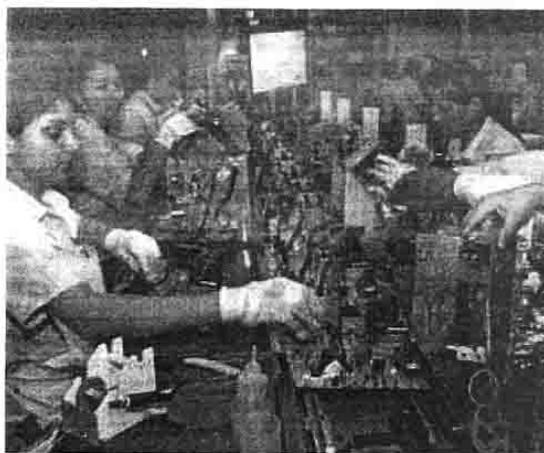
bém devem ser liberados pelo Governo Federal para a reforma do estádio Ismael Benigno, a Colina. Dilma também assegurou ao governador a liberação de R\$ 185 milhões para obras de infraestrutura na capital e no interior, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2).

Pólos de pescado



As ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social do interior do Estado, nos primeiros três meses de governo, seguiram a diretriz de criação de novas oportunidades de negócios e de renda. Entre as ações, destacam-se o novo acordo assinado com o Grupo Pão de Açúcar, que vai ampliar o mercado para o pirarucu e outros produtos regionais, a inauguração de centros de treinamento de produtores, como o que iniciou atividades em Parintins em março, e de pesquisa e produção na área

de piscicultura, como o novo centro em Balbina. Além disso, Omar anunciou, ao lado da ministra da Pesca Ideli Salvatti, em visita ao Estado, a criação de quatro pólos de pescado no interior. Para os próximos anos, o grande desafio será a aprovação da prorrogação do prazo de incentivos da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, o que já conta com o apoio declarado da presidenta Dilma, e a extensão desses incentivos para os municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus.



Na área da saúde, a redução pela metade dos casos de dengue no final de março, em relação aos números de janeiro e fevereiro, é tido como um dos principais resultados do esforço do Governo do Estado no combate à doença, que contou com a realização de uma campanha que buscou mobilizar a cidade, liderada por Omar Aziz. Os casos de malária reduziram 48% nos primeiros trimestres de 2011, em comparação com igual período de 2010.

Segundo Omar Aziz, entre os desafios para os próximos anos está o da aprovação da prorrogação do prazo de incentivos da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, o que já conta com o apoio declarado da presidenta Dilma, e

a extensão desses incentivos para os municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus.

"A conversa com a presidenta Dilma foi muito boa. A proposta é consolidada e temos o compromisso de levar a Zona Franca para a região metropolitana. Mas para isso é preciso resolver os problemas de energia na capital e no interior. Não dá para trazer investimentos sem que isso seja resolvido", disse Omar ao destacar que continuará fazendo o trabalho de articulação política para que o Estado tenha a parceria do Governo Federal para solucionar problemas estruturais, como da área de energia e de logística, para que o desenvolvimento econômico e social do Amazonas continue avançando.

Omar comemora 100 dias à frente do Governo do Amazonas (continuação)

Plano de Cargos e Salários

A homologação do Plano de Cargos Carreiras Salários e Remuneração (PCCR) de cerca de 8 mil servidores públicos, que ainda não eram contemplados com PCCR, e o início do treinamento do efetivo policial para implantação do Ronda do Bairro, que vai aproximar a polícia da comunidade, também está entre as ações dos primeiros 100 dias da nova administração estadual.